

A ABERTURA DA POSSIBILIDADE COMO POSSIBILIDADE DE ABERTURA

Autor: Sandro Fröhlich

Orientador: Ernildo J. Stein

Grau: Mestrado

Data da defesa: 08/07/2009

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

UR: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2262

RESUMO

O trabalho, a partir da filosofia e pensamento de Martin Heidegger, busca primeiramente repor a questão – que ficou esquecida no decorrer da história - sobre o sentido do Ser. Interrogação que é posta e proposta a partir do método da fenomenologia hermenêutica. Neste questionar há um ente privilegiado: o Dasein. A essência do Dasein é a sua existência e seu ser é também compreensão do Ser. Dasein que é ser-no-mundo e ser-com-os-outros, sempre em relação de ocupação com os entes e de solicitude com os demais. Como ser-em o Dasein é disposição afetiva, compreensão e discurso. Lançado na existência constitui-se numa tríplice estrutura: existência, facticidade e decaída. Sua disposição afetiva fundamental é a angústia. O ser do Dasein é revelado como cuidado: é um antecipar-se-a-sisendo-já-em (no mundo) em-meio-de (o ente que comparece dentro do mundo). Na antecipação, o Dasein confronta-se com a morte; em sua finitude, a morte se lhe revela como a possibilidade da impossibilidade da existência. Assumindo o ser-para-a-morte de forma verdadeira e autêntica, esta se constitui como uma antecipação para uma possibilidade que é própria, não-respectiva, insuperável, certa e indeterminada. No interrogar-se quanto ao ser todo e próprio, surge como testemunho a consciência, que o conclama a assumir o seu poder ser próprio e lhe revela a culpabilidade. Pela culpabilidade assume ser-fundamento de um ser que está determinado por um não, sendo fundamento de uma niilidade. O calado projetar-se em disposição de angústia para o mais próprio ser-culpável denomina-se então como a resolução. Resolução que é sempre antecipadora, uma compreensão original do seu ser-para-o-fim, ou seja, um antecipar-se para a morte.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 419-427
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

A MORTE COMO DEFINIÇÃO DE CAMINHOS FUNDAMENTOS PARA ELABORAÇÃO DE UMA ÉTICA DA ALTERIDADE NA MEDICINA PALIATIVA: UM ENSAIO

Autor: Carlos Frederico de Almeida Rodrigues

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza

Grau: Mestrado

Data da defesa: 03/08/2009

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

UR: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2284

RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo o de analisar, desde uma leitura filosófico-interpretativa, o papel da medicina frente aos pacientes terminais. Para tanto, utilizou-se do pensamento de Emmanuel Levinas, sobretudo, de três de seus conceitos - *o rosto, a deferência respeitosa e responsabilidade sem escapatória*. Munidos desses conceitos, abordamos a morte e a terminalidade, não como indignas do ser humano, e sim como momento mesmo da afirmação de sua alteridade e de oportunidade para construção de um sentido, ou seja, de uma relação humana mais profunda. Nessa senda, justificamos a criação de uma nova especialidade – a medicina paliativa – local e momento da construção de uma nova abordagem da terminalidade e da dignidade humana. A justificativa se faz por meio da afirmação de que a medicina tradicional, sendo baseada no domínio racional/ontológico, não é capaz de englobar um momento de tempo tão distinto.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 419-427
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

DEMOCRACIA E INDIVIDUALISMO: A IGUALDADE COMO PRINCÍPIO ORGANIZADOR

Autor: Walter Valdevino Oliveira Silva

Orientador: Prof. Dr. Nythamar Hilario Fernandes de Oliveira Junior

Grau: Doutorado

Data da defesa: 10/08/2009

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

UR: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2289

RESUMO

As democracias ocidentais contemporâneas caracterizam-se pelo consenso a respeito da defesa dos direitos individuais fundamentais. O princípio da *igualdade*, tanto em sua formulação jurídica quanto em sua expressão social, tem por objetivo fazer com que fatores como poder econômico, influência política, origem familiar e preferências pessoais não possam promover desigualdades que não possuem justificativa moral. O princípio da *liberdade* tem por objetivo garantir espaço para a autonomia e a livre expressão individual. O conflito entre esses dois princípios, como se sabe, define o contexto tanto das conquistas e dos impasses dos regimes democráticos quanto o contexto do debate filosófico a respeito da fundamentação da democracia. Minha tese é a de que a instauração do individualismo nas democracias ocidentais é o resultado de um longo processo de desenvolvimento histórico que estabeleceu a *igualdade* – e não a *liberdade* – como o princípio organizador fundamental da ordem social democrática. Essa reavaliação permite superar os impasses gerados por teorias que colocam a autonomia e a racionalidade como fundamento das sociedades democráticas, inflacionando, assim, o conceito de *liberdade*, restringindo a política a processos de deliberação que deveriam se aproximar de condições idealizadas que não encontram correspondência na prática social e, quase sempre, pressupondo definições para o que seria a natureza humana, a escolha racional ou uma verdadeira autenticidade ou esclarecimento que permitiria escapar de todos os tipos de determinações heterônomas. Para indicar em que sentido proponho essa reavaliação, inicio retomando a obra de Alexis de Tocqueville (1805-1859). Proveniente de uma família aristocrata em plena época pós-revolucionária na França, Tocqueville analisa a formação dos Estados Unidos da América mostrando que, na instauração da democracia americana, o ideal de *igualdade* ocupa um lugar anterior ao ideal de *liberdade* não só historicamente, mas também na justificação e na prática do sistema democrático. Subverte-se, assim, tanto a leitura da modernidade enquanto tentativa de efetivar *conjuntamente* os ideais de igualdade e liberdade, quanto a leitura de que o traço essencial da modernidade seria a instauração de uma racionalidade que acabou tornando-se instrumental ou técnica. Na primeira metade do século XIX, com uma interpretação que evita o unilateralismo, Tocqueville constata que a característica principal das democracias é o fato de que os homens, colocados em situação de igualdade, isolados e entregues a si mesmos, são indivíduos frágeis que, desprovidos de tradições, só possuem a razão para tentar justificar as leis que devem se auto-impor. Essa leitura tocquevilleana negativa da democracia moderna permite compreender fenômenos contemporâneos aparentemente tão incompatíveis quanto,

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 419-427
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

por exemplo, o isolamento social e o amplo consenso em relação aos direitos humanos ou as instituições jurídicas como instância última de mediação dos conflitos sociais e a falência praticamente completa da lei e de quaisquer instrumentos de poder para lidar com questões humanas e, mais recentemente, tecnológicas. O individualismo democrático é, fundamentalmente, a consequência da efetivação cada vez maior do ideal moderno de igualdade. A filosofia política precisa levar a sério o fato de que, ao mesmo tempo em que corrói o ideal de uma racionalidade autofundante, essa condição democrática abre espaço, como nunca antes na história humana, para a responsabilidade individual. Essa responsabilidade é que nos permite, enquanto seres limitados e contingentes, chegar mais perto do ideal moderno de autonomia e autodeterminação.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 419-427
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

PARA ALÉM DO IMPESSOAL: EM BUSCA DA AUTENTICIDADE

Autor: Márcio Mallmann

Orientador: Prof. Dr. Ernildo Stein

Grau: Mestrado

Data da defesa: 13/08/2009

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

UR: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2292

RESUMO

Neste trabalho mostra-se as inovações incorporadas à tradição da história da filosofia por Martin Heidegger. Um dos maiores desafios da filosofia sempre foi tentar dar uma resposta a pergunta: “quem é o homem?”. Através do método da analítica existencial, o filósofo alemão pretende resgatar o sentido do ser. A tradição metafísica esqueceu-se do ser e, por isso, o homem não se entende. Ele vive no impessoal, na dimensão do “diz-se” e do “falase”. Consequentemente, perdeu a propriedade de si mesmo e não se conhece mais. A proposta da analítica existencial é que o ser humano se compreenda analisando o seu modo de ser no mundo, ou seja, a sua própria existência. Evitando, com isso, que sejamos entendidos como uma categoria de alguma instância superior, como Deus, idéia e substância. Para que o ser humano possa entender-se na autenticidade é indispensável que ele se reconheça um ser-para-a-morte, ou seja, a morte é a impossibilidade de qualquer nova possibilidade e deve ser assumida a cada instante da vida.

PALAVRAS-CHAVE: sentido do ser, ser-para-a-morte, impessoal, autêntico.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 419-427
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

CONHECIMENTO E JUSTIFICAÇÃO NA EPISTEMOLOGIA DA MEMÓRIA

Autor: Ricardo Rangel Guimarães
Orientador: Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida
Grau: Mestrado
Data da defesa: 17/08/2009
Instituição de Ensino Superior: PUCRS
UR: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2323

RESUMO

O conteúdo da presente dissertação versa sobre tópicos fundamentais da epistemologia da memória de Robert Audi e Sven Bernecker. Num primeiro momento, são investigados aspectos básicos destas epistemologias, para posteriormente se analisarem as suas teorias respectivas, a saber, a teoria epistemológica e a teoria representacional da memória. De posse destes referenciais, o que é buscado são possíveis relações e contraposições entre estas teorias, que serão comparadas e confrontadas na medida em que ambas são expostas, utilizando-se o problema da lembrança sem crença de Bernecker ('Lembro que P, mas não creio que P'), bem como sem justificação e conhecimento, como baliza para uma defesa da teoria representacional e/ou epistemológica da memória, bem como oferecer possíveis críticas a uma e/ou a outra teoria em discussão para pesquisa ulterior e futura.

PALAVRAS-Chave: epistemologia; memória; lembrança; crença; justificação; conhecimento.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 419-427
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

A DUPLA ESTRUTURA DO CONHECIMENTO: RELAÇÃO ENTRE TEORIA E COMPREENDER PRÉVIO DO SER-NO-MUNDO EM MARTIN HEIDEGGER

Autor: Cezar Luís Seibt

Orientador: Prof. Dr. Ernildo Stein

Grau: Doutorado

Data da defesa: 20/08/2009

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

UR: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2258

RESUMO

O problema da presente tese é o conhecimento. Contrapõe à metafísica do conhecimento ou às Teorias do Conhecimento a alternativa da fenomenologia hermenêutica de Martin Heidegger. Iniciamos por apresentar alguns elementos fundamentais elaborados pela tradição na busca de solucionar o problema através das diversas teorias explicativas do conhecimento. Mostramos que a tradição metafísica parte da separação entre sujeito e objeto, pressupondo esses dois entes contrapostos que entram na relação cognoscitiva, enquanto o pensamento de Heidegger busca descrever fenomenologicamente o horizonte prévio, o solo fático, dentro do qual se desenvolvem as separações e possíveis teorias. Apresentamos, por isso, a dupla estrutura do conhecimento, sendo que o elemento primário e originário é o compreensivo ser-no-mundo do *Dasein* e todos os demais comportamentos são dele derivados. O problema mente e mundo, experiência interna e experiência externa, recorrentes e centrais no pensamento moderno são, a partir das contribuições de Heidegger, postos sob nova luz. Se a separação mente e mundo conduz à necessidade de elaboração de teorias para garantir a correspondência ou verdade entre o objeto e o que se diz dele, o conhecer visto a partir da fenomenologia (uma fenomenologia do conhecimento) retorna para a condição fática onde já sempre se está na abertura compreensiva do ser. Neste nível não é preciso justificar ou provar a veracidade, pois a verdade é o modo de ser do ente que conhece. Não é, no entanto, uma superação ou eliminação dos projetos da metafísica, que mantém sua validade, mas um exercício de retorno para o lugar onde se constituem como tais e é, por isso, um reencontro consigo mesmo e retorno para o ser-no-mundo, para aquém da objetificação. Conhecer é um modo de ser do *Dasein*, marcado pela finitude, pela contingência, pela temporalidade. Não há, neste caso, fundamento externo à própria relação, pois a transcendência é finita, emerge na diferença ontológica e se movimenta no círculo hermenêutico, num jogo de desvelamento e velamento. A partir desse âmbito podem-se pensar os limites e as possibilidades do conhecimento.

PALAVRAS-Chave: Teoria do conhecimento, fenomenologia do conhecimento, ser-no-mundo, ontologia, compreensão.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 419-427
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

AUTONOMIA: FUNDAMENTO DA DIGNIDADE HUMANA EM KANT

Autor: Leonardo Agostini
Orientador: Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza
Grau: Mestrado
Data da defesa: 27/08/2009
Instituição de Ensino Superior: PUCRS
UR: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2266

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa em ética kantiana é: *a)* fundamentar a dignidade humana na autonomia da vontade, isto é, na capacidade de moralidade; e *b)* que não obstante, essa fundamentação da dignidade na capacidade moral do ser humano, quem a exerce ou é capaz de exercê-la *deve respeitar* quem não a pode praticar (não por não *querer* praticá-la, mas porque não *pode*, por causa de deficiências físicas e/ou mentais); a partir disso, a dignidade também será dada a eles, porque eles também devem ser considerados como fins em si mesmos. Diante disso, é necessário estruturar essa dissertação em três capítulos. O primeiro, apresenta os fundamentos e características da ética kantiana, explica o itinerário kantiano na busca e fixação do princípio supremo da moralidade, que servirá como base à dignidade humana, e também examinará a possibilidade do imperativo categórico. O segundo capítulo tem por objetivo apresentar o ser humano como *autônomo* e *livre*. Por isso, ele clarifica a autonomia da vontade – a quintessência do pensamento kantiano –, porque analisa as diferentes formulações do único imperativo categórico. Esse capítulo também identifica a *autonomia* com a *liberdade* em sentido *positivo*; delibera sobre a sinonímia entre *liberdade* e *lei* e sustenta que é imprescindível que se atribua a liberdade a todos os seres racionais; além disso, aborda a impossibilidade de *deduzir* a liberdade e mostra a mudança de foco de Kant: *o fato da razão*. E, o terceiro capítulo visa fundamentar a dignidade do ser humano na autonomia da vontade. Para tal, parte da análise da fórmula do imperativo categórico que considera a humanidade como um fim em si mesma e distingue: *a)* o dever *necessário* e *meritório* para consigo mesmo e para com outrem; *b)* *coisa* e *pessoa*; *c)* *fim* (*Zweck*) e *meio* (*Mittel*). Esse capítulo apresenta o *reino dos fins* como uma união sistemática dos seres racionais entre si que estão submetidos a uma lei que ordena que eles jamais se tratem *simplesmente* como *meios*, mas sempre e simultaneamente como *fins*. Nesse reino tudo tem ou um *preço* (*Preis*) ou uma *dignidade* (*Würde*). O que assegura a dignidade é o sentimento de respeito: um sentimento *a priori*, destinado apenas à pessoas; um sentimento que impede que os seres humanos sejam tratados simplesmente como um meio, isto é, que sejam manipulados, instrumentalizados; e que, fundado na reciprocidade entre os seres humanos requer desses, que podem exercer sua capacidade de moralidade, não tratar como meros meios aqueles que não podem, mas considerá-los como fins em si mesmos, isto é, *como se* estivessem em condições para tal.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 419-427
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

A BEATITUDE NA FILOSOFIA MORAL DE TOMÁS DE AQUINO

Autor: Nadir Antonio Pichler

Orientadores: Prof. Dr. Luis Alberto De Boni / Prof. Dr. Urbano Zilles

Grau: Doutorado

Data da defesa: 09/09/2009

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

UR: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2300

RESUMO

O propósito desta pesquisa, de caráter analítico e sintético, é investigarmos a natureza da beatitude na filosofia moral de Tomás de Aquino. Fundamentado principalmente nos tratados da *Summa contra gentiles*, *Summa theologiae*, *Super Boetium de Trinitate* e *Compendium theologiae*, analisaremos a busca da beatitude humana pela contemplação do objeto supremo, Deus, origem, razão e fim último das criaturas. De acordo com esse itinerário, defenderemos a tese de que é impossível nesta vida alcançar a beatitude perfeita pela contemplação da essência divina. Só é possível conhecer, seja por meio da razão natural seja pela revelação, os efeitos de Deus, almejando somente uma beatitude imperfeita, ficando a perfeita para a outra vida. Diante disso, estruturamos o texto em três capítulos. No primeiro, abordaremos a síntese filosófico-teológica, inserindo a busca pela beatitude no contexto da filosofia do ser, porque o ser, Deus, sustenta toda a estrutura do edifício tomista. Depois, sobre os pressupostos da filosofia moral e a natureza da alma intelectual. No segundo, sobre os fundamentos da beatitude imperfeita, seguindo a divisão da vida humana em ativa e contemplativa. Por meio desta, pela virtude da sabedoria, o Aquinate procura elevar a alma intelectual do sábio à verdade mais inteligível, transcendente e eterna, Deus. No terceiro, analisaremos as possibilidades e os limites contemplativos de Deus nesta vida, iniciando a reflexão sobre os atributos de Deus oriundos pelo conhecimento dos efeitos sensíveis, ou seja, a posteriori. Após isso, adentraremos nas propriedades específicas da contemplação da essência divina, apresentando os argumentos decisivos de Tomás de Aquino para justificar a impossibilidade da beatitude perfeita neste mundo.

PALAVRAS-Chave: Ser, alma intelectual, beatitude imperfeita, contemplação, Deus, efeitos divinos.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 419-427
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------